

SE NUMA NOITE DE INVERNO UMA ESTUDANTE (OU TALVEZ UMA ODE À LIBERDADE NA CIÊNCIA)

Augusto Santos Silva

Ficha Técnica

Título: ***Se numa noite de inverno uma estudante (ou talvez uma ode à liberdade na ciência)***

Autor: ***Augusto Santos Silva***

Edição: ***Faculdade de Letras da Universidade do Porto***

Ano de Edição: ***2022***

Coleção: ***Orações de Sapiência***

Execução Gráfica: ***Graph 24, Lda.***

Tiragem: ***250 exemplares***

Depósito Legal: ***508624/22***

ISBN: ***978-989-9082-50-2***

Nota de Abertura

A coleção *Orações de Sapiência* fica mais rica este ano com o texto notável da “lição” proferida pelo Professor Augusto Santos Silva, na Abertura Solene do Ano Letivo, no dia 14 de outubro de 2022. Sendo um ano em que se encerra um ciclo, já que é o último de uma longa etapa de dois mandatos sucessivos do atual Conselho Executivo, a escolha do conferencista teve por base a preocupação em incidir sobre uma personalidade que marcasse de forma muito significativa este momento tão simbólico, assinala o início do ano letivo. Não foi difícil essa escolha, pois Augusto Santos Silva é um intelectual, um acadêmico e um cientista, que já desde há muitos anos pensa as Ciências Sociais e as Humanidades e o modo de “fazer” Ciência em contraciclo com a perspectiva “industrial” da produção científica, submetida a métricas e a lógicas mercantilistas, que se está a tornar (ou já se tornou) dominante.

A Oração de Sapiência intitulada *Se numa noite de inverno uma estudante (ou talvez uma ode à liberdade na ciência)* é a expressão cabal dessa perspectiva crítica, que veementemente defende, no sentido de ser imperioso “opor uma negativa firme a esses micro e macropoderes acadêmicos que, a pretexto de simplificar procedimentos, facilitar hierarquizações e afastar subjetivismos, degradam a academia e sufocam a ciência”.

Numa escola de Humanidades e Ciências Sociais, só podemos fazer votos para que o texto que agora temos o gosto de publicar seja divulgado e lido por todos quantos se ocupam da investigação científica e têm o privilégio de poder estimular a reflexão e o debate com os estudantes que estamos a formar.

Pela disponibilidade prontamente manifestada para aceitar o nosso convite e pela brilhante intervenção com que nos inquietou, quero, em nome da FLUP e em meu nome pessoal, expressar ao Professor Augusto Santos Silva o mais sincero agradecimento.

Fernanda Ribeiro

Diretora da FLUP

Se numa noite de inverno uma estudante (ou talvez uma ode à liberdade na ciência)

Augusto Santos Silva¹

1. *Sede de saber*

Imaginemos que numa noite de inverno uma estudante decidia refletir um pouco sobre o que é pensar, e conhecer, e compreender: uma pequena luz bruxuleante irromperia e o engenheiro Jorge de Sena esboçaria um sorriso². A noite é uma boa ocasião para tal empresa: a noite de Álvaro de Campos, “antiquíssima e idêntica”, que protege a inquietação, acolhe os sonhos, transporta-nos para a distância, a noite “sozinha e solene”, que vem lenta e serenamente, sem darmos por ela, “senão de repente, vendo que tudo se recolhe,/ que tudo perde as arestas e as cores/ e que no alto céu ainda claramente azul/ já crescente nítido, ou círculo branco, ou mera luz nova que vem,// a lua começa a ser real”³.

O conhecimento é a atividade humana por excelência. É uma forma de entender o mundo e o lugar no mundo, um recurso para dominar e transformar

1 Texto escrito para a sessão de abertura do ano letivo na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 14 de outubro de 2022. (A intervenção então realizada foi naturalmente mais curta). Desejo oferecer esta tentativa de atualizar algumas reflexões sobre o que é conhecer e pensar a Vítor Oliveira Jorge, que foi meu professor naquela Faculdade, agradecendo-lhe a sua abertura e cumplicidade e homenageando o modo como compreendia que professor é aquele que decide permanecer estudante pela vida fora - no seu caso, um atentíssimo estudante de arqueologia e epistemologia, além de poeta e cidadão.

2 Invoco o poema de Jorge de Sena, “Uma pequenina luz”, do livro *Fidelidade*, de 1958 (Sena, 1978: 52-53).

3 Álvaro de Campos, “Dois excertos de odes” (Pessoa, 1969: 311-313).

a natureza, um instrumento de enculturação⁴, socialização e comunicação entre pessoas. Pode ser, é muitas vezes, uma coisa íntima, que toca o mais fundo de nós mesmos, e por alguma razão se refere tantas vezes o Antigo Testamento às relações carnis como conhecer. E até um imperativo existencial, uma obrigação moral que prevalece sobre qualquer outra consideração, um dever que nenhuma precaução pode parar, a vindicação do direito de saber quaisquer que sejam as consequências. Do atrevimento de provar da árvore da ciência do Bem e do Mal, a que dá entendimento e inteligência e promete a igualdade com Deus, decorreu, segundo o Génesis, a humanidade, aí imaginada como queda, como culpa e castigo⁵; mesmo assim, precária e vulnerável, é a nossa humanidade, a única de que dispomos, que nos faz sujeitos. Édipo faz perguntas cada vez mais perigosas, e Jocasta ou Tirésias instam-no a renunciar a querer saber mais sobre a sua história, e quem são sua mãe e seu pai, e que tem ele a ver com o que aconteceu ao antigo rei; a tragédia de Édipo, segundo Sófocles, está verdadeiramente nesse momento em que ele insiste em conhecer, mesmo intuindo a consequência fatal do conhecimento⁶.

Conhecer implica pensar, mobilizando categorias e conceitos para organizar as coisas, para criar estruturas mentais a propósito das coisas, que ajudem a ordená-las, a dar conta delas, a atribuir-lhes sentido. Implica recolher e tratar informação, fazendo uso de protocolos de observação, descrição e verificação, para compreender melhor o que constitui o ambiente em que se age. Implica, ao mesmo tempo, a razão e a palavra que a exprime, o verbo de que fala o início do Evangelho de São João: “No princípio era o verbo, e o verbo estava com Deus, e Deus era o verbo. [...] E o verbo fez-se carne e habitou entre nós”⁷. Implica a comunicação entre diferentes sujeitos de conhecimento, e o funcionamento de instituições de produção, difusão e aplicação de conhecimento, e a acumulação de corpos organizados de ideias, interpretações, técnicas e procedimentos, a que chamamos estudos, disciplinas, ciências. Exige a humildade de quem intui a imensidão do que se não sabe e compreende que nunca se saberá tudo o que se necessitaria saber: no célebre preceito de Confúcio (2004: 15), reconhecer o que se sabe e reconhecer o que não se sabe, eis o que é o verdadeiro conhecimento. Pede a filo-sofia, o amor da sabedoria à vista da qual “todo o ouro [...] é areia

4 Sirvo-me da distinção clássica, em antropologia, entre enculturação - a formação dos membros de um grupo na cultura desse grupo - e aculturação - a sua formação numa cultura exógena ao grupo.

5 Ambas as traduções de João Ferreira de Almeida (*Bíblia...*, 1989: 6-8) e do Instituto Bíblico (*Bíblia...*, 1995: 20-22) empregam “árvore da ciência do Bem e do Mal”. A primeira usa também “entendimento”; a segunda, “inteligência”.

6 Sófocles, *Rei Édipo*, c. 427-425 a.C. Conclui o cego Tirésias: “Oh! Como é terrível o saber quando não traz vantagem possuí-lo” (Sófocles, 2003: 228).

7 Sigo a tradução e a interpretação de Frederico Lourenço, valorizando os dois sentidos do grego *logos*: palavra (ou discurso) e razão (ou pensamento) (*Bíblia*, 2016: 319-320).

exígua⁸. Requer, enfim, como diria o cardeal-poeta Tolentino de Mendonça, ter sede de saber, um desejo insaciável, uma bem-aventurança que nasce da inquietação do conhecer⁹.

2. Inquietação

Se numa noite de inverno uma estudante refletisse um pouco sobre estes temas, depressa concluiria que conhecer não pode ser dissociado de pensar; e pensar não pode ser dissociado de compreender, dar conta, encontrar um sentido para a ordem-desordem da natureza, do mundo e da ação humana. Depressa descobriria que todos quantos, a pretexto do caráter codificado e normalizado da ciência, desprezam toda a reflexão filosófica sobre o valor do conhecimento, amputam o seu próprio labor de uma dimensão que lhe é fundamental. Fingindo-se imperturbáveis, renunciam à compreensão; proclamando-se seguros, fazem de tolos¹⁰.

Atribui-se esta frase a Niels Bohr: “considerai tudo o que pronuncio não como uma afirmação, mas como uma questão”. Tal é a forma assumida pela inquietação, nessa disciplina particular de conhecimento que é a ciência: questionar, problematizar. Começar pela pergunta e fazê-la no plural, perguntando de vários modos; formular problemas, isto é, aperfeiçoar as perguntas como questões suscetíveis de solução; propor e testar, por aproximações sucessivas, respostas às perguntas e soluções aos problemas; para poder explorar novos caminhos e chegar a novas perguntas, em espiral. Mercê de estudo, porque nunca se trata de começar do zero, mas sim do que outros antes já perguntaram e responderam, e isso que alimenta a estudante numa noite de inverno é o trabalho acumulado de muitos outros. Trabalho árduo, e não apenas golpe de inspiração: labor oficial com as regras e recursos próprios da arte de fazer dos cientistas, que inclui a imaginação e a prova, a especulação e a demonstração, o gênio e a disciplina. Uma vez, a pergunta parece ficar sem resposta; outras, ocorrem respostas diferentes e até contraditórias a uma única pergunta. Uma vez, as respostas parecem assumir imediatamente o enunciado de teoremas demonstráveis ou de hipóteses verificáveis por experiência ou observação; noutros casos, a resposta é

8 Cito um dos mais belos elogios do conhecimento e da sabedoria, o livro *Sabedoria*, do Antigo Testamento (*Bíblia*, 2918: 214).

9 Creio que a forma como José Tolentino de Mendonça (2018) faz o elogio da sede como desejo insaciável - desejo, mais do que necessidade - é inspiradora também para os que se dedicam ao conhecimento. Analogamente, Mía Couto, que é um dos intelectuais que mais vem chamando a atenção para que a ciência (sua referência como biólogo) é apenas “um dos caminhos do saber”, sendo necessário prestar a atenção a outros, como a poesia ou a tradição (cf. Couto, 2013: 53), invoca o “sentido original da palavra ‘pensar’ que significava ‘curar’ ou ‘tratar’ um ferimento”, para recomendar “a aplicação de um medicamento chamado inquietação crítica” (Couto, 2013: 105-106).

10 Como escreveu Montaigne (2002: 224), e merece ir no original, “il n’y a que les fols certains et résolus”.

durante muito tempo puramente especulativa, porque o seu encaixe na teoria não está ainda claro ou porque os processos de observação e medição requeridos ainda não se encontram disponíveis. Uma vez, tudo parece luminoso, porque da regra e do caso é mister deduzir o resultado; outras, é da multiplicação das observações de casos e resultados que se induz a regra. As duas lógicas exibindo seus limites, assim se completando mutuamente: a certeza da dedução tem por preço uma certa redundância, o avanço da indução tem por preço mais indeterminação. Acontece, porém, que há circunstâncias em que nem essa fecundação recíproca nos basta, porque, quando definimos o objeto de indagação (o resultado), notamos que nos falta quer a regra em que possamos subsumi-lo quer o caso com que possamos caracterizá-lo - e então temos de propor caso e regra ao mesmo tempo¹¹.

3. *Ciência, não indústria*

De todos os modos, pensa com propósito a estudante numa noite de inverno, por mais fundamente conjetural que seja o que sabemos, o certo é que nada se consegue sem estudo. Sem a aplicação do ofício da ciência, do método científico, na aceção mais geral da palavra método, isto é, da abordagem epistemológica, teórica e empírica própria da análise científica. Há várias maneiras de descrevê-la ou sintetizá-la, mas seja suficiente recordar uns tantos elementos: a prioridade das perguntas sobre as respostas; a formulação das perguntas como problemas, nos termos precisos do corpo teórico e do acervo empírico de uma disciplina, uma tradição ou um paradigma, com as adaptações ou transformações julgadas necessárias; a rutura com as representações ideológicas ou de senso comum que configurem obstáculos a essa problematização, com as suas ideias feitas, pré-juízos e leituras imediatas; a mobilização de modelos de análise e o avançar de hipóteses; a construção, mais do que simples coleta, de informação, dos tais dados que afinal não são dados mas construídos, e que permitem a comprovação experimental, quase-experimental ou por qualquer outra forma de observação controlada e sistemática das realidades relevantes; os múltiplos testes de verificação; a convocação das teorias pertinentes e dos modelos de explicação satisfatórios, e as explicações propriamente ditas, de matriz sempre conjetural, sempre hipotéticas, verdades provisórias sujeitas a falsificação. Todos estes e outros mais elementos constituem o estudo científico, organizam e potenciam o conhecimento, pensa a estudante, independentemente de quão “mole” ou

¹¹ Sigo a lógica de abdução, tal como é proposta por Umberto Eco em “Cornos, cascos e sapatos” (Eco, 1992: 259-290).

“dura” é a ciência em causa, trate-se das matemáticas, das ciências da natureza ou das ciências sociais¹².

Tudo isto se faz crucialmente em campo aberto, pela formulação tão rigorosa quanto possível dos sistemas de proposições e pelo confronto crítico e argumentado, entre pares, das problematizações, das metodologias e dos resultados. E nada disto é redutível à lógica ortodoxa ou mecânica que, no afã de industrializar a produção científica e de hierarquizar instituições ou especialistas por critérios de ordenação unidimensional, separa o conhecimento do pensamento, corta a produção da reflexão e ameaça, hoje, de morte - repito, ameaça hoje de morte - a cultura científica. Pois o conhecimento científico alimenta-se da pluralidade das perspectivas e do confronto de ideias e resultados, trilha-se por diversos caminhos, exige uma combinação ambiciosa de rotina e inovação, de disciplina e dissidência, e dá-se muito mal com dogmáticas, abusos de escola, imposições de linguagens ou formatos únicos.

As barreiras à entrada são muito elevadas no campo científico, e não se vê como poderia ser de outro modo. A ilusão de que todos podem ser equiparados enquanto sujeitos de conhecimento, de que as boas intenções substituiriam o trabalho árduo e especializado, de que o ativismo social seria cartão de crédito bastante no mercado das ideias, de que a linguagem científica haveria de primar pela transparência, é extraordinariamente nefasta para a ciência e para a sua utilidade pública, inclusive para a intervenção sociopolítica. Os controles de qualidade, na modalidade que assumem na academia e nos centros de investigação, são essenciais, quer na formação e graduação dos pesquisadores, quer na sequência das respetivas carreiras, quer na verificação do cumprimento dos protocolos técnicos e deontológicos aplicáveis, quer na formulação e publicitação dos resultados. Nesse sentido, a estrutura claramente vertical e a forte intensidade competitiva da profissão científica, a avaliação regular e exigente dos desempenhos, a centralidade, nela, da elaboração de resultados tornados públicos e sujeitos a debate criterioso, são traços incontornáveis do campo científico; e, em consequência, a revisão dos pares na seleção de comunicações a conferências e colóquios e na aceitação de artigos é, senão essencial, pelos menos altamente vantajosa.

Mas tal não pode em nenhum caso significar a imposição ao trabalho dos cientistas, e por via administrativa, de uma maneira única de proceder; nem da subordinação a regras que, em vez de fomentar, prejudicam o debate, já que, sob o falso argumento de que é imperioso uniformizar formatos e gramáticas, para

¹² Não fazendo aqui sentido inundar o texto de referências de epistemologia e metodologia das ciências, note-se apenas que, tantos anos decorridos, ainda busco as maiores fontes de inspiração em Gaston Bachelard (por exemplo, 1981), Karl Popper (1982), Pierre Bourdieu, *et al.* (1973) e Vitorino Magalhães Godinho (2011).

efeitos de escrutínio e seriação, o que fazem é fechar o campo à diversidade, à criatividade e à experimentação.

Por conseguinte, se numa noite de inverno uma estudante antecipasse o seu curso futuro no âmbito do conhecimento, seria muito importante que mobilizasse todo o potencial crítico e, porque não dizê-lo, contestatário da juventude para opor uma negativa firme a esses micro e macropoderes académicos que, a pretexto de simplificar procedimentos, facilitar hierarquizações e afastar subjetivismos, degradam a academia e sufocam a ciência. Não hesitando, para tal, em recorrer a mentiras - como a confusão entre internacionalização e comunicação global, de um lado, e, do outro, a imposição de uma única língua de comunicação científica (mesmo, santo Deus!, em matérias como a linguística ou os estudos literários e culturais, em que a língua é, ela mesma, substância primeira do objeto estudado); burocratizando e descarnando a linguagem científica, como se só houvesse um cânone e todos fôssemos obrigados a pensar e escrever da mesma maneira (introdução teórica, definição do problema, explanação do modelo de análise, apresentação dos dados, formulação das conclusões...); e autorizando, senão mesmo incentivando, toda uma série de distorções cuja plena nomeação implicaria usar adequado vocabulário vicentino¹³, como a redução do diálogo e do crédito devido a colegas às enumerações rituais e vazias de referências (apelido, data, apelido, data, apelido, data), referências tantas vezes citadas mas não lidas, ou compulsados apenas os resumos, ou como a multiplicação artificial de autoria e o incremento fraudulento de citações cruzadas (eu assino o artigo que tu escreveste, tu assinas o artigo que eu escrevi, eu cito-te e tu citas-me, e assim duplicamos as contabilizações que decidirão os concursos); chegando-se ao cúmulo dos monopólios empresariais das revistas científicas e do pagamento das publicações pelos respetivos autores ou suas instituições. Nessa hidra que cresce e envenena o ambiente académico, o conteúdo dos textos deixou de interessar porque a produção se mede a metro; e, assim, o veredito que verdadeiramente conta é o de uns tantos revisores real ou fingidamente sem rosto. O mandarinato floresce ainda mais, o mercantilismo impera e a discussão, em vez de se fazer às claras e por contraposição de argumentos, ocorre à sombra do anonimato e por via administrativa. É isto ciência? Não, não é; e é preciso dizê-lo¹⁴.

13 Linguagem de Gil Vicente, claro; no mínimo, sandeus.

14 O meu objetivo aqui não é discutir em profundidade o sistema de avaliação do trabalho académico que se tornou dominante, nas últimas décadas, e que se reduz basicamente a duas métricas: o número de publicações (por sua vez ponderado em função de um fator de impacto das revistas em que foram realizadas), para medir a produtividade intelectual, e o número de citações, para medir a influência. As distorções que invoco, e outras mais, têm esta redução na sua raiz. Porém, o facto de o sistema dominar o panorama científico e universitário não significa que não haja consciência das suas limitações e envenenamentos. Há, como há também propostas para a sua reforma. Eloy Rodrigues (2022) esboçou uma síntese muito útil destas questões.

4. Liberdade para pensar

Se numa noite de inverno uma estudante pensasse sequer um pouco sobre os fundamentos e o valor do conhecimento científico, deveria, pois, fazê-lo, se era pensar o que pretendia, fora desse novo batismo burocrático do saber¹⁵ que é a publicação estandardizada em revistas capturadas em bases fechadas e em regime de monopólio, premiada ou castigada em função de parâmetros tão ridículos quanto o número de citações, sem que tenha lugar o que, contudo, se diria ser o requisito fundamental de qualquer avaliação científica, que é os avaliadores lerem, discutirem e apreciarem as teorias e os resultados, qualquer que seja o número de vezes em que são referidos e qualquer que seja a extensão e difusão das publicações.

Deveria, a nossa estudante imaginária, regressar a uma certa pureza (sim, pureza) do ofício de cientista. Cujas premissas fundamentais são ter tempo e liberdade para pensar, o tempo e a liberdade para pensar que a submissão à ortodoxia disciplinar e a corrida desenfreada e perversa à publicação nega a tantos investigadores, assim lhes roubando a essência mesma da sua atividade.

A noite antiquíssima e idêntica, serena e melancólica, além das circunstâncias, haveria, aliás, de sugerir, neste ponto, à estudante dedicada sob sua proteção às questões do conhecimento, que o problema não estava na concreta substância de qualquer específica teoria, mas logo na sua conversão em ortodoxia. E aí, como disse uma personagem de Borges¹⁶, “as heresias que devemos temer são as que podem confundir-se com a ortodoxia”. É que não falta, nos dias que vivemos, uma autoproclamada consciência crítica e até, segundo alguns, “de combate”¹⁷, que não pretende certamente submeter-nos aos preceitos do universalismo de feição ocidental, do utilitarismo filosófico, da hegemonia benévola das potências liberais, da soberania do consumidor, da insuperabilidade dos mercados de concorrência perfeita e de tantos outros credos em voga nas academias mais ricas; mas para nos listar os seus próprios emblemas e fazer-nos as suas próprias exigências: um amor sem reservas pelas vítimas e o seu discurso, uma condenação imediata e absoluta do patriarcado, da dominação, da norma, do biopoder, um juízo permanente e permanentemente anacrónico sobre a história, instaurando também ela, autoproclamada consciência crítica, uma ordem, frequentemente ainda mais unidimensional e inquisitorial, aliás com certos requintes de policiamento moral, de castração da linguagem e de censura e cancelamento, isto é, de opressão.

¹⁵ Uso a famosa fórmula de Karl Marx, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, a propósito dos exames de acesso à carreira pública: “o exame [...] é apenas o batismo burocrático do saber” (Marx, 2010: 70).

¹⁶ Refiro-me ao conto de Jorge Luís Borges, “Os Teólogos” (Borges, 1975: 37-48, citação na p. 38).

¹⁷ Aludo ao título do documentário que Pierre Carles dedicou a Pierre Bourdieu, em 2001: *A sociologia é um desporto de combate*.

O tempo para pensar não se conquista, hoje, contra um só adversário. Não se reclama apenas contra a deriva industrialista e mercantilista do sistema científico e universitário internacionalmente hegemónico; bate-se, simultaneamente, contra a subordinação da forma e dos processos de reflexão intelectual às demandas do ativismo militante¹⁸. E o seu par inseparável, a liberdade para pensar, há de exercer-se contra todo o discurso formulário¹⁹, que despreza a análise dos factos em concreto e se limita a aplicar, à variedade dos casos, as mesmíssimas assunções genéricas, como se a axiomática de que parte, seja ela a do *homo economicus* ou a do *homo ideologicus*, dispensasse as incomodidades do estudo aturado e supostamente menor de realidades contextualizadas, poliédricas e moventes.

Não é que as ciências humanas possam invocar, ainda que num enunciado mais atualizado, a neutralidade axiológica de que falava Max Weber²⁰. É muito difícil estabelecer uma fronteira rígida entre o que, outrora, era habitual chamar-se a análise positiva, alegadamente cingida aos factos, e a análise normativa, considerando também as suas valorações; não parece possível proceder a uma espécie de extração das referências de valor do conjunto dos julgamentos produzidos em sede de conhecimento. É exatamente porque deparamos, na generalidade dos casos, com interseções de juízos de facto e juízos de valor, de perspetivas cognitivas e perspetivas éticas, estéticas ou políticas, de análises e apreciações - e não apenas nos estudos literários, ou na macroeconomia, ou nas relações internacionais, ou na sociologia das desigualdades, mas, insisto, na generalidade dos casos - que a liberdade para pensar é a condição necessária do trabalho e do progresso científico. A liberdade é que garante a autonomia de cada sujeito de conhecimento - indivíduo, equipa, centro de pesquisa - emancipando-o face às determinações normativas exógenas ao seu trabalho; e, dada a diversidade do mundo, favorece inevitavelmente o pluralismo. A liberdade não é só licença para criar ou produzir, mas licença para escrutinar, criticar e desconstruir, e esse debate público argumentado, de acordo com regras próprias, é verdadeiramente a seiva que alimenta a árvore da ciência.

Não se trata, pois, de esvaziar o conhecimento das suas referências não cognitivas, de uma certa maneira tardo-positivista. Ainda que fosse possível, o

18 Bate-se também contra a campanha de hostilização da ciência desencadeada pelos que vivem da desinformação, da exploração dos medos e da manipulação emocional de comportamentos: a campanha que se viu com tanta evidência durante a pandemia da Covid-19, pela desvalorização dos riscos desta e contra as políticas públicas para a sua eliminação, nomeadamente a vacinação universal; e é tão vivaz no combate político contra a democracia, com as suas “teorias” dos “factos alternativos”. Sendo, porém, o auditório desta conferência constituído por professores e estudantes universitários portugueses, pude presumir uma comum atitude de repúdio por esse anticientismo básico, curando de outros perigos, esses internos ao sistema e à cultura científica.

19 No sentido de discurso que se faz da repetição de fórmulas.

20 E por aí me distingo de Nathalie Heinich (2021), com a qual comungo a crítica do militantismo social na ciência (ver também Silva, 2017).

que não creio seja o caso, indesejável seria. E, sim, é muito importante recordar regularmente certos princípios básicos de entendimento do mundo e da história. Por exemplo estes: os factos são construções sociais; a linguagem não é neutra, é um instrumento de poder, inclui e exclui, aproxima e discrimina; os limites da linguagem são os limites do pensamento; nas condições postuladas de transparência de informação e igualdade entre concorrentes, a melhor alocação dos recursos é a que se faz de acordo com as regras microeconómicas dos mercados de concorrência perfeita; a estrutura das classes e outros fatores de estratificação social explicam o essencial das diferentes probabilidades de acesso às oportunidades fundamentais disponíveis num dado ambiente social; historicamente, o desenvolvimento do Ocidente dependeu da sua dominação internacional, por via dos impérios coloniais e da escravatura; e poder-se-ia prosseguir. O ponto está sempre em que isso não seja o fim, mas sim o princípio da explicação; não uma injunção, mas uma hipótese; não o desprezo pelas particularidades de cada contexto, porque afinal todos se subsumiriam numa lei geral (ou nem sequer lei, fatalidade), mas sim um modo de começar a desbravar terreno para a análise em concreto das concretas situações.

Tudo o que permita abrir caminhos analíticos deve ser, senão acolhido, pelo menos considerado: até o “tudo serve” pode trazer aqui benefício²¹. Tudo o que fechar tais caminhos - nomeadamente porque os semeie de redutos ideológicos ou identitários - deve ser repellido. Não há porque aprisionar o conhecimento em categorias não cognitivas que, a bem dizer, não são muito diferentes daquelas com que os inquisidores decidiam autos de fé. Sim: os heterossexuais podem bem estudar as comunidades de outra orientação, os brancos não são necessariamente racistas nem os europeus sempre etnocentristas, nem os descendentes dos colonizadores e os descendentes dos colonizados estão separados por qualquer barreira intransponível, assim como os agentes económicos não se orientam forçosamente pela racionalidade instrumental, o comportamento das potências não é causado apenas pelos jogos de poder entre elas, ou a cultura e a linguagem não se explicam necessariamente por estruturas universais. É para nos soltarmos de todos (qualquer que seja a proveniência ideológica) os constrangimentos à nossa capacidade de pensar - de perguntar, de problematizar, de pôr em questão, de especular, de imaginar, de propor, de discutir, de verificar, de questionar de novo - que precisamos da liberdade.

Não da liberdade entendida à maneira ultra-romântica, que ainda hoje serve para facilitar a venda de muitos livros de divulgação científica, que gostam de retratar Darwin, ou Einstein, ou Heisenberg, ou Keynes, como cavaleiros solitários. A liberdade científica é a liberdade do campo científico. Tem base e

²¹ Refiro-me ao anarquismo epistemológico proposto por Paul Feyerabend (1975), cuja regra principal seria que em ciência se deveria explorar tudo aquilo que demonstrasse certo valor heurístico.

forma institucional, sem a qual verdadeiramente não existe.

É, primeiro que tudo, uma liberdade institucional: a autonomia do campo intelectual²², face à determinação heterónoma (administrativa, financeira, política, ideológica, moral); a estruturação própria do campo, com os seus característicos valores de universalismo, desinteresse, comunalismo e ceticismo organizado²³; os seus meios próprios de controlo e validação. E, “dentro”, por referência a essa liberdade institucional, a liberdade do trabalho intelectual, de indivíduo ou grupo, a liberdade propriamente epistemológica de recusar o encarceramento em escolas, de jogar com o vaivém entre teoria e investigação empírica, de distinguir modelos de análise e modelos de explicação, de prezar a descoberta e a serendipidade, de opor um certo ecletismo às controvérsias dogmáticas, de perceber que a distinção entre generalidade e especificidade não é necessariamente matéria de escala mas, muitas vezes, de perspetiva, sendo ambas indispensáveis na descrição densa dos casos, de convocar diferentes instrumentos de interpretação, de não ter medo de formalizar e de compreender a natureza instrumental da formalização, de avançar pelas teorias de médio alcance, de compreender e explicar e interpretar²⁴.

Porque a liberdade intelectual depende criticamente da liberdade institucional é que é tão importante opor-nos com veemência e destemor a todos os processos de standardização e limitação das condições do trabalho científico, quaisquer que eles sejam: sejam os fechamentos disciplinares, que fazem perder a transversalidade da cultura científica, seja o industrialismo, que reduz os intelectuais a operadores de linha de montagem, sejam os tribalismos identitários, que só sabem da lógica de trincheira.

5. *Tempo para pensar*

Se numa noite de inverno uma estudante estudasse estaria, portanto, a exercer a liberdade de pensar, não como se fosse um ser isolado, mas sim como parte de uma comunidade, com a sua história, regras, instituições e várias possibilidades

22 Sigo, claro, a teoria do campo de Pierre Bourdieu (por exemplo, 1996: 207-320).

23 Cito Robert K. Merton (1970: 653-654), cuja síntese me parece ainda bastante atual. “Universalismo” acentua o carácter impessoal da ciência; “comunalismo” (que Merton escrevia “comunismo”) chama a atenção para o facto de as descobertas científicas constituírem um património comum; “desinteresse” sugere que, na sua globalidade, a ciência é independente de interesses particulares; e o meu favorito, o ceticismo organizado, designa a regra básica que obriga cada membro de um colégio de especialistas a questionar e discutir cruzadamente, recusando submeter-se a argumentos de autoridade.

24 Defendi esta abordagem pluriperspetivada dos processos sociais, recusando representações estratigráficas da realidade e preferindo-lhes o modelo da rede, em Silva, 1994: 39-95. A ideia de serendipidade, como descoberta por assim dizer não planeada (“um dado imprevisto, anómalo e estratégico exerce pressão para iniciar a teoria”, cf. Merton, 1970: 172-177), e a de teoria de médio alcance pertencem a Robert Merton (1970). Clifford Geertz (1978) formulou os conceitos de descrição densa e generalização dentro do caso.

de futuro. E, então, poderia exercer a primeira das liberdades: a liberdade de dispor de tempo para pensar.

O tempo, esse “grande escultor” de que falava Marguerite Yourcenar (2020), não é apenas a duração que permite distinguir as coisas, entre as que se consomem no instante e as que lhes sobrevivem, e que lhes vai imprimindo significado e valor - e, por isso, é tão imbecil (sim, imbecil) dissuadir os estudantes de ler os clássicos sob pretexto de que a “produção” que conta é a mais recente. O tempo é o recurso básico da vida boa imaginada pelos Gregos, a possibilidade de traçar o nosso próprio percurso, de proceder a escolhas e distribuir ocupações, de construir uma individualidade e uma obra, ou uma contribuição individual para o patrimônio comum - e é também e sobretudo isso que significa fazer ciência, e os autores que arrumamos em cada tabela final de referências deveriam ser os mestres e colegas que nos ajudam nesta circunstância a refletir e propor (e não apelidos burocráticos, já nem sequer os nomes somos capazes de notar por extenso!), por isso os devendo ler com vagar e voltar a ler as vezes que forem necessárias, e empreender as leituras que eles próprios nos sugerem, assim tecendo uma rede de cumplicidades baseadas em saberes, uma companhia de ideias. O tempo é o amigo da teoria, da contemplação demorada das coisas e do nosso lugar nelas²⁵. O tempo mede a duração da história, mas não faz apenas isso: faz variar a história, instaura a relatividade e a diversidade, a mudança e a transformação, a evolução e o retorno, os “factos singulares” e os “factos de repetição”²⁶, a identidade e a alteridade, o que é constante e o que devém. O tempo é plástico, declina-se no plural, os tempos são sucessivos, sim, mas as mais das vezes são cruzados, vivemos várias interseções - o passado e o presente, o presente e o futuro, o futuro e o passado, a estrutura, a conjuntura e o acontecimento, os tempos de referência dos vários grupos sociais, a memória e a imaginação do passado. O tempo flui, acelera como nas revoluções, ou trava como nas grandes marcas estruturais, chega a congelar nos sistemas totalitários, o tempo adquire diferentes ritmos e é percebido de maneira diferente por diferentes culturas. O tempo é a grande questão que aproxima tantos saberes à primeira vista distantes - como, por exemplo, a história, a religião e a física - e, sim, agora podemos dizê-lo, o tempo estruturante da nossa ação humana é por sua vez uma construção social da nossa humanidade.

Liberdade para pensar é, pois, indissolúvelmente tempo para pensar; e tal exige que não nos quedemos pelo tempo burocrático de que a lógica organizacional, admito, necessita, como os prazos e calendários dos testes e exames, das dissertações, das provas da carreira, dos concursos de financiamento,

²⁵ Sendo precisamente “contemplação” um dos sentidos possíveis da palavra grega “teoria”.

²⁶ Os acontecimentos e as regularidades, designados assim em homenagem a um dos primeiros historiadores que os distinguiu, Paul Lacombe (1930).

das publicações. Estes instrumentos quiçá incontornáveis de consolidação institucional devem ser entendidos assim mesmo, como instrumentos e não como finalidades. Porque o que é verdadeiramente visceral, para a atividade do conhecimento, é o tempo aberto da exploração, da descoberta, da pesquisa, da compreensão, da reflexão, da comunicação, do debate. O tempo para a frequência dos livros, os quais, dizia-lhe a mãe do escritor Amos Oz, também vão mudando connosco ao longo da vida, mas, ao contrário dos humanos, nunca nos abandonam (Oz, 2005: 459). O tempo para se acolher à biblioteca, “lugar de cuidado da alma”, como estava inscrito em Tebas²⁷. O tempo da fermentação das ideias que afinal não resultaram, das conversas que se revelaram bloqueadas, das incursões solitárias e em grupo, o tempo não linear do pensamento, sem o qual o conhecimento disciplinar, por mais sistemática erudição e mais lustroso arsenal técnico que exiba, ficará sempre amputado da sua parte fundamental, do seu próprio coração.

6. *Humanidades e ciências humanas*

Se numa noite de inverno a estudante que estudava estudasse numa escola como esta - que reúne a filosofia, a linguagem, a história, a geografia, a sociologia, as relações internacionais, as línguas e literaturas, os estudos culturais, o jornalismo, a informação - ou noutra das escolas que fazem convergir as artes, as humanidades, as ciências humanas e as ciências sociais, teria a obrigação de perceber melhor do que ninguém a fecundação recíproca entre conhecer e pensar. Mas não como a enésima proclamação formal de consciência dos prejuízos da separação entre cientistas e intelectuais e de jura de erguer pontes entre essas tais “duas culturas”.

As ciências humanas e sociais precisam de cultivar uma relação próxima com outros domínios do pensamento e da criação cultural - como as ideias sociais e políticas, a literatura e as artes, a filosofia, os estudos religiosos, os ramos do direito - não por não serem ciências, ou por não serem tão científicas como as chamadas ciências duras, mas sim por serem ciências, no sentido próprio e pleno da palavra; isto é, por serem corpos de conhecimento construído e acumulado segundo regras epistemológicas próprias, praticando conjecturas e refutações, organizando-se em paradigmas e programas de investigação²⁸, respeitando regras específicas de raciocínio, experimentação e

²⁷ Irene Vallejo, na sua obra fascinante sobre os livros no mundo antigo, conta que a biblioteca sagrada de Ámon, em Tebas, no Egípto, tinha, segundo um viajante grego do período helenístico, essa tal inscrição. E comenta como é bela esta ideia, a biblioteca como clínica do espírito (Vallejo, 2020: 70).

²⁸ Combino, como entendo que é devido, as abordagens de Karl Popper (1982), Thomas S. Kuhn (1970) e de Imre Lakatos (1970) sobre o desenvolvimento do corpo teórico e institucional das ciências.

teste, e por aí fora. Segundo os mais atuais e exigentes protocolos²⁹.

E esta, sim, seria a sugestão mais promissora que a noite protetora de Álvaro de Campos - o mesmo que escreveu: "O binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo / O que há é pouca gente a dar por isso"³⁰ - poderia encaminhar à nossa estudante. A incompletude do conhecimento, a abertura infinita das possibilidades que se apresentam à maneira dos jardins borgesianos que se bifurcam, o mistério também ele borgesiano que paira sobre o que somos e sabemos que não vale a pena tentar anular, porque sempre nos acompanhará (o mistério que Einstein e Heisenberg sentiram tanto quanto Kant ou Max Weber)³¹, a incerteza, a imprevisibilidade, a impossibilidade de deduzir automaticamente da regra geral o caso particular se esse caso for um comportamento humano, porque as leis são sempre probabilísticas e o hiato entre o macro, o meso e o micro não pode ser preenchido senão por investigação empírica situada: tudo isso que, às vezes, tanto nos aflige ou fingimos que nos aflige de tal modo que chegamos a sentir a aflição que fingimos³², não resulta (entendam bem: não resulta) da ausência de cientificidade das ciências sociais e humanas, ou da irredutível distância entre as humanidades e as ciências, quer humanas, quer naturais e matemáticas. Resulta, isso sim, (entendam bem: resulta) da cientificidade

29 Atrevo-me a pensar que assim faço justiça a C. P. Snow. A fortuna crítica da sua conferência de 1959 sobre *As duas culturas* é bastante curiosa. O propósito desse homem plurifacetado que era, ao mesmo tempo, químico, escritor e alto funcionário havia sido alertar para a indispensabilidade da "revolução científica" (a cultura e o conhecimento científico moderno e as suas aplicações tecnológicas e práticas) para o desenvolvimento dos países do Sul. O primeiro título que imaginou para a palestra era precisamente *Os ricos e os pobres*. Ora, a aplicação positiva da ciência e tecnologia era muito prejudicada pelo fosso existente entre a cultura científica dos matemáticos e cientistas naturais e a cultura tradicional dos intelectuais, a cultura de base literária. Os cientistas desinteressavam-se da literatura e os literatos manifestavam uma crassa ignorância acerca dos princípios e conceitos básicos da ciência e da tecnologia. Em consequência, os responsáveis políticos, muitas vezes influenciados pela formação humanística, não decidiam em bases científicas e os tecnólogos, por sua vez, não atendiam aos aspetos éticos. Snow, que, pelo contrário, incorpora as duas culturas, lamenta uma divisão que considera, designadamente por essa razão prática, um problema maior do seu tempo, sobretudo no Reino Unido. E advoga, como solução mais eficaz, um esforço determinado para generalizar a educação científica e literária entre as gerações jovens. A receção crítica à publicação da conferência focou-se obsessivamente nessa ideia de culturas distintas e opostas. Em reação, quatro anos depois, em *Uma segunda leitura*, Snow reafirma a sua tese, mas introduz-lhe uma nuance muito importante, colocando a hipótese do futuro desenvolvimento de uma "terceira cultura", a das ciências sociais e humanas, o que contribuiria para, pelo menos, abrandar as dificuldades de comunicação entre cientistas e intelectuais (Snow, 2015).

30 Álvaro de Campos, "O Binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo" (Pessoa, 1969: 409).

31 Jorge Luís Borges parece-me inescapável sempre que subimos às alturas da reflexão filosófico-literária sobre o nosso ser/saber-aqui. Para além de "Os jardins dos caminhos que se bifurcam", considere-se, pelo menos, "A biblioteca da Babilónia" (ambos em Borges, s. d.) e "A escrita de Deus" e "O Aleph" (em Borges, 1975).

32 Seria muito injusto citar um heterónimo e não citar o ortónimo poema ("Autopsicografia"; Pessoa, 1969: 164-165).

das ciências sociais e humanas³³ e da proximidade entre as humanidades e as ciências.

O “tempo curvo” ocupa quer o cientista Albert Einstein, quer o romancista Claudio Magris³⁴. O *big bang* dos físicos tem óbvios pontos de comunicação com o mistério do Universo visto pelos olhos de um teólogo. O modo como o passado entra na nossa mais imediata atualidade interpela tanto o historiador como o astrónomo que observa a noite estrelada. O que Heisenberg e Borg mostraram com a física quântica - que a realidade não é independente das condições de observação da realidade, que a medição depende das condições e instrumentos da medição, que no mundo do infinitamente pequeno a distinção absoluta entre sujeito e objeto de observação é uma falácia - não tem apenas correspondência, feitas as adaptações necessárias, com o que dizem os cosmólogos: tem uma evidente equivalência lógica e epistemológica com o que dizem os sociólogos, os antropólogos e os economistas institucionalistas.

E, depois, a multidimensionalidade e a hipercomplexidade dos processos, que biólogos, químicos e físicos (para não falar de matemáticos) tanto acentuam, hoje, em que é que difere da grande lição do etnólogo Marcel Mauss (1980), a propósito dos factos sociais - que eles são, como escreveu, “factos totais”, isto é, compreendem sempre múltiplas dimensões, que cada uma das ciências poderá explorar do seu ângulo próprio, sendo eles suscetíveis de entendimento por diversas ciências e separando-se estas, não porque se reservem o exclusivo de tais ou tais factos, mas sim porque empregam diferentes perspetivas para analisar os mesmos factos?

A natureza probabilística das leis; a prevalência do dinamismo sobre a mecânica, do movimento sobre a imobilidade e da variação sobre a uniformidade; a complexidade e a hipercomplexidade; a índole conjetural e aproximativa do conhecimento (e o papel central jogado nele pela linguagem metafórica): todos são vínculos entre as ciências, qualquer que seja o seu objeto, porque são ciências. Não são insuficiências das ciências “moles”, ou de saberes humanísticos, de onde supostamente não científicos; a consciência generalizada da sua existência resulta dos maiores avanços da melhor ciência contemporânea. Não são um sinal de incapacidade ou fraqueza, mas, ao contrário, são uma demonstração de capacidade e força.

33 A classificação das ciências é tema bem para lá deste esquiço. Mas vale a pena recorrer de novo a C. P. Snow (2015), o qual, quando lista essas ciências sociais em que vê o embrião de uma “terceira cultura”, como a história, a economia ou a sociologia, lhes acrescenta a psicologia, a medicina e “artes sociais” como a arquitetura, assim nos desafiando a examinar com olhos de ver essa constelação de ciências sociais, ciências humanas e artes práticas que gira em torno das pessoas humanas e das sociedades que elas vão construindo.

34 Sirvo-me do conto que dá título ao livro *Tempo curvo em Krems* (Magris, 2021: 45-70).

7. *Conhecimento cumulativo*

Se numa noite de inverno uma estudante compreendesse bem esta incompletude radical, não teria de a lamentar. A incompletude é fator de abertura e de progresso; e o movimento do conhecimento científico que a assume, como seu dado de base, deve ser representado não pela figura do círculo, mas sim pela da espiral. Sempre infinito e sempre conjectural, é evolutivo.

Não sucumbamos, pois, ao canto daquele pós-modernismo que dilui a especificidade do conhecimento disciplinar, quase o tomando como uma subespécie da narrativa ficcional; e nega ou desqualifica o seu caráter estruturado e cumulativo. Por falta, mais uma vez, de conveniente percepção do que é o conhecimento, filosofia e literatura incluídas.

Entendamo-nos: o muito que há de conhecimento na literatura, na religião, nas artes, na filosofia, na ideologia, nas mentalidades, nas artes quotidianas de ser e fazer que constituem, na aceção antropológica, as culturas, não é invertebrado, nem caótico, nem desprovido de sentido: orienta-se por regras próprias de construção e validação, aplica critérios e provas próprias de verdade e verosimilhança, mobiliza patrimónios e tradições, tudo isso variando obviamente em função da distinta natureza dessas representações simbólicas e dos ambientes em que circulam e se difundem. Tais formas plurais de conhecimento podem e devem ser objeto de indagação crítica, não só porque são em si mesmas partes e fatores do mundo social, como ainda porque funcionam como caixas de ferramentas para a sua apropriação. A indagação tem, muitas vezes, de envolver desconstrução e rutura, porque as representações ideológicas, mitológicas e de senso comum podem ser obstáculo sério ao desvendamento analítico das situações. Em todo o caso, existem, intervêm, fazem parte e, portanto, devem ser consideradas. Não são fungíveis entre si, nem hão de ser afastadas como elementos desordenados e inconsistentes. Exatamente porque são, sempre, construções humanas e sociais, seguem lógicas de estruturação e desenvolvimento que têm de ser cuidadosamente investigadas.

Outra coisa é, por seu lado, o conhecimento produzido pelas ciências, o conhecimento propriamente científico. Como as demais formas cognitivas, também procura identificar, descrever, interpretar os factos e processos observados; quer dizer, procura dar conta deles, atribuir-lhes ou restituir-lhes sentido. Essa é tarefa que se realiza segundo regras específicas (de que trata a epistemologia das ciências) e ao longo do tempo e das gerações. Conhece incrementos e transformações, períodos de ciência “normal” e de revolução paradigmática; ou melhor, exprime-se em múltiplos paradigmas e no debate entre eles, e, preservando sempre o seu caráter matricialmente conjectural, perseguindo a verdade que sabe nunca alcançará, vai acumulando resultados, os quais são

sempre, por sua vez, novos pontos de partida. Estes, por conseguinte, mesmo que se não disponham linearmente numa curva sempre contínua e ascendente, não deixam de significar, globalmente, impulso, evolução, progresso.

O conhecimento - todo o conhecimento, mas com uma intensidade e de uma maneira característica a ciência - não é, pois, puramente anárquico e circular; é organizado e cumulativo. E é por isso que a liberdade de criação e crítica o faz avançar.

Depois, se procede por aproximações e tentativas, sem nunca esgotar o campo de explicação, a ciência não fica por isso prejudicada na sua capacidade de disseminação por via da educação e do ensino, de aplicação em tecnologias ou de informação de práticas sociais, incluindo políticas públicas. Pelo contrário. Como bem mostrava Bourdieu (por exemplo, 1980), a consequência lógica das altas barreiras à entrada na ciência, como trabalho especializado que requer um alto nível de qualificação e desempenho segundo procedimentos específicos, é o dever de saída, ou seja, a obrigação profissional e cívica de comunicação pública de resultados e diálogo regular com as outras esferas de conhecimento e ação. Não à maneira positivista - como o derramar das luzes sobre leigos ignaros - mas numa comunicação feita de reciprocidade. Em várias modalidades: diálogo entre a ciência e a técnica, entre a ciência e a decisão, entre a ciência e a fé, entre a ciência e a administração, entre a ciência e a sociedade; e, de um modo particularmente importante, a interação das disciplinas sociais, como a sociologia, a antropologia ou a economia, com os sujeitos que estudam - cujos saberes, crenças, atitudes, expectativas e representações são elemento determinante da respetiva ação, são, muitas vezes, o essencial da respetiva ação.

8. *Ciência como cultura*

Se numa noite de inverno uma estudante refletisse sobre todas estas pontes entre as ciências, as artes e as humanidades, entre o conhecimento e o pensamento³⁵, seria bem capaz de concluir que já não bastaria advogar uma maior proximidade entre as culturas humanística e científica, como se ainda as concebêssemos como formações diferentes que se trataria, apenas, de fazer acercar um pouco mais.

Serão mesmo diferentes, uma a cultura humanística, outra a cultura científica, mesmo que agora menos distantes, em parte pela emergência desse terceiro género das ciências humanas e sociais, como intuía C. P. Snow? A hora seria, pois, de honrar Snow e investir, por exemplo, na generalização da cultura letrada

³⁵ E teria, talvez, de reservar outra noite só para essouras pontes entre as ciências e as artes práticas, por exemplo para as por vezes insuspeitadas ligações entre as ciências sociais e as tecnologias.

nas faculdades de ciências e tecnologia e da cultura científica nas faculdades de letras e artes? Seriam assim, esses, territórios mais comunicáveis, transitáveis de um lado e do outro, unidos por pontes - mas continuariam sendo, apesar de tudo, territórios distintos?

O decorrer da noite e o insinuar da madrugada talvez induzissem a nossa estudante a atrever-se a ir mais longe, pondo em crise a própria distinção das duas culturas. E talvez fosse imperativo fazê-lo: deixar de encará-las como culturas diversas que se trataria de aproximar e fazer cruzar, e encará-las como partes da mesma cultura.

De um lado, colocando as questões éticas e normativas no âmago mesmo da atividade científica mais formalizada. Como “o jardineiro noturno” imaginado pelo escritor chileno Benjamin Labatut, o cientista haveria de interrogar-se sobre as razões que podem levar a que os maiores avanços na compreensão (científica) do mundo e na extração de instrumentos tecnológicos de domesticação e recriação do mundo - por exemplo, as espantosas descobertas do químico Fritz Haber, o inventor dos modernos fertilizantes de nitrogénio que haveriam de salvar milhões de pessoas da fome e permitir a explosão demográfica do século XX, que também foi o inventor do gás de cloro, a primeira arma de destruição maciça usada na Grande Guerra, matando outros milhões - se estejam a tornar formidáveis retrocessos na nossa compreensão (aceitação ética e existencial) da vida no Planeta³⁶. E, depois do Holocausto, como olhar para a modernidade sem interpelar as suas responsabilidades nas práticas e nas técnicas de extermínio³⁷?

Do outro lado, nunca perdendo de vista que a ciência é uma atividade humana. Não a exibição de uma racionalidade imperial, cega a qualquer outra consideração, mas o exercício de uma racionalidade humilde e crítica, que, quando tange com questões da humanidade - do universo à vida e da pessoa à sociedade - precisa de se confrontar constantemente com os valores humanistas para ter sentido, medida, futuro.

Não se trata, pois, a bem dizer, de aproximar ciência e cultura como se aproximam duas esferas, dois interlocutores, dois universos que se pressupõe distintos, embora complementares. Trata-se de saber, na raiz do nosso esforço de conhecer, interpretar e afeiçoar o mundo, que a ciência é cultura. Ou o é, pelo menos, a ciência de que necessitamos, de que necessitamos cada vez mais, humanidade que somos em perigo de sobrevivência, e qualquer que seja a sua

36 *Un Verdor terrible* é, como diz o seu autor (Labatut, 2020: 213), “uma obra de ficção baseada em factos reais”, as grandes descobertas de Haber, Heisenberg, Schrödinger, Borg, de Broglie, Einstein e outros do primeiro século XX. O último capítulo “O jardineiro noturno” é uma reflexão sobre a responsabilidade da ciência exata (desde logo, da matemática e da física teórica) na vertigem atual da espécie humana rumo à aniquilação do mundo e de si própria.

37 Como mostrou Zygmunt Bauman, o Holocausto não foi apenas uma ferida, foi um produto da modernidade; não sendo a sua verdade, foi uma das suas possibilidades. Se não foi condição suficiente, a modernidade foi condição necessária do Holocausto (cf. Bauman, 1997: XV, 7, 17).

encarnação disciplinar, química ou psicologia, geografia ou biologia, sociologia ou matemática, astronomia ou economia, física ou história.

Todos intuímos a dupla face da ciência: é uma cultura - uma maneira de pensar e proceder - e um sistema - um aparato institucional de produção, validação, difusão e acumulação de resultados³⁸. Como recurso básico em favor do qual devemos mobilizar toda a sociedade, como exortava o saudoso José Mariano Gago (1990), a ciência é, antes do mais, essa maneira de pensar e proceder. Na sua diversidade e na sua unidade, é o modo de raciocinar e argumentar que a educação fundamental deve tanto quanto possível generalizar: a cultura científica.

Ora, a cultura científica que queremos socialmente repartida pertence à cultura em sentido amplo, está dentro da cultura, porque é parte do ato humano de criar, e conhecer, e pensar, e falar e escrever acerca do que se cria e conhece e pensa; o qual germina, madura e frutifica na interação entre humanos, nas circunstâncias de espaço e tempo que são seu contexto sem deixar de ser, ao mesmo tempo, seu resultado.

No conjunto das áreas científicas, mas com muito particular intensidade e expressão nas ciências humanas e sociais, o conhecimento científico coexiste regularmente com o conhecimento filosófico, humanístico, literário ou artístico, e as formas de representação, estética ou ideológica, associadas. Essa coexistência é inevitável, e isso não é negativo. Nos termos apropriados e produtivos - isto é, percebendo e respeitando a diferença de linguagens, de lógicas de argumentação e validação e de condições de reprodução - a humanidade enriquece-se com a multiplicidade das formas de conhecimento que os humanos produzem acerca de si próprios, da sua história e sociedade, assim como da natureza, do ambiente ou do universo. Todas concebidas e trabalhadas como cultura - isto é, como o que dá coerência ao mundo das ideias, das crenças, das formas, dos símbolos; e o articula, por via do direito, da política, da tecnologia, da prática social, à ação coletiva.

9. *Desfolhar a alcachofra*

E, se, finalmente, numa noite de inverno uma estudante decidisse ler *Se numa noite de inverno um viajante*, de Italo Calvino, perceberia que, como o romance, o pensamento é uma tarefa infinita, feita de constantes começos, paragens, descaminhos e recomeços, num jogo entre autores, personagens, narradores e recetores que convida cada um e cada uma a prosseguir a escrita e a leitura em múltiplas direções, formando o seu próprio texto e chave

³⁸ Sigo a excelente síntese de João Caraça (1997: 27-47).

de interpretação. Nessa aparente desconexão das coisas, sem fio narrativo contínuo, sem conforto da linearidade, cada avanço parecendo desembocar imediatamente num desvio lateral, a estudante que lesse Calvino na noite de Álvaro de Campos poderia entrever, até, o jogo a que a submeti aqui. A ela e aos meus benévolos ouvintes, que talvez tenham sido atraídos pela promessa de que um diplomado desta escola que acabou por fazer certa carreira política viesse falar das suas responsabilidades públicas e acabam confrontados com os passos em volta³⁹ de uma das perguntas kantianas: que podemos saber?

Se me aproveitei da obra de Calvino, é porque essa sequência de inícios e reinícios, e de comentários e enredos sobre começos e recomeços, que não nos deixa passivos, que nos acorda e inquieta, que nos força a imaginar sentidos, a reter e acumular e visitar conhecimento, é uma bela metáfora para a cultura científica humanista que, ao fim e ao cabo, aqui vim defender: a cultura científica que, por o ser, é ou deve ser humanista, nessa maneira larga, ampla, sabendo ver mais com o coração do que com os olhos, como no segredo da raposa⁴⁰, de praticar ciência.

Quero, todavia, mais. Quero que a leitura, numa noite de inverno, de *Se numa noite de inverno um viajante* desperte a estudante para toda a obra de Italo Calvino e, em particular, para o modo como ele, defendendo a literatura como “procura do conhecimento”, opção “de tecer conjuntamente os diferentes saberes e códigos numa visão plural e multifacetada do mundo”, e fazendo “a apologia do romance como grande rede” (Calvino, 2002: 42, 143, 145), acaba descrevendo tão expressivamente esse vasto universo de conhecimento que, a meu ver, inclui não só a literatura como o conjunto das humanidades e das ciências sociais. Quero que a estudante saboreie o delicioso texto de 1963: “O mundo é uma alcachofra” (Calvino, 1994: 195-197): “A realidade do mundo apresenta-se aos nossos olhos múltipla, espinhosa, como camadas densamente sobrepostas. Como uma alcachofra. O que para nós conta na obra literária é a possibilidade de continuar a desfolhá-la como alcachofra, descobrindo sempre novas dimensões de literatura”. Exatamente o mesmo que deveria dizer um cientista alimentado por uma conceção humanista da ciência, também ele empenhado nessa aproximação

39 Chamo em meu auxílio outro poeta, Herberto Helder (1970).

40 O segredo que a raposa contou ao Príncipezinho (Saint-Exupéry, 2018: 99-100).

multifacetada, multicultural e, portanto, também multilinguística⁴¹, nessa indagação íntima, bulímica, demorada do mundo e da vida.

E quero ainda mais. Quero que a estudante que tivesse lido *Se numa noite de inverno um viajante* prestasse atenção às seis propostas que Calvino esboçou⁴², em 1985, para “o próximo milénio” - ou seja, para nós, agora. E particularmente a uma: a leveza. A “leveza do pensamento”, que não é sinónimo, antes antónimo, da “leveza da frivolidade”. Assim, mais uma vez, o que Calvino diz do seu trabalho literário permito-me eu sugerir que se diga de todo o trabalho de conhecimento: que é “uma subtração de peso” (Calvino, 2002: 25, 17).

Essa subtração de peso - de vários pesos: do peso do obscurantismo que combate a ciência e a razão crítica; do peso da ortodoxia universitária do formato único e das publicações a metro; do peso do policiamento moral do militantismo académico; do peso da opacidade da ciência que se recusa a dialogar com as outras formas de entendimento e ação - é indispensável. Para que o mundo e o nosso lugar no mundo sejam mais bem apercebidos: pluralmente, multifacetadamente, através do uso desenvolvido, ousado, inovador, dos fabulosos recursos de conhecimento e reflexão que nos proporciona a história acumulada das humanidades, das ideias sociais e políticas, das religiões, das literaturas e culturas, das artes, das ciências. Para o que necessitamos de tecer laços entre elas, de ir construindo redes: abertas, flexíveis, leves. Precisamos de nos tornar, nós próprios, leves, ágeis, expressivos. Precisamos, livres, de dançar.

41 Multicultural e não (pelo menos, não necessariamente) multiculturalista, já que não se trata da advocacia de uma posição normativa, mas da constatação de um facto - o facto de que a análise científica dos processos sociais não pode fazer a economia da diversidade dos contextos em que ocorrem. Ora, as culturas e as línguas - como quadros culturais fundamentais - encontram-se entre os marcadores mais importantes de tais contextos. Ter em conta a sua pluralidade e diversidade não só nos permite compreender melhor o que ocorre como também enriquece, no seu conjunto, o conhecimento que, como comunidade científica, vamos construindo sobre os processos sociais. Usar uma só maneira de pensar e sentir e usar uma só língua empobrece-nos; multiplicar as facetas que consideramos nos fenómenos sociais, as culturas a partir dos quais os interpretamos e as línguas em que os pensamos e dizemos, fortalece-nos.

42 Esboçou, porque da última, “Consistência”, ficou apenas o título. Calvino foi convidado para proferir seis conferências na Universidade de Harvard no ano letivo de 1985-1986, sobre comunicação literária (*poetry*). A morte surpreendeu-o antes que as pudesse realizar, mas com uma versão datilografada das cinco primeiras propostas: leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade.

Referências⁴³

- Bachelard, Gaston (1981) - *A Epistemologia* [1971], trad. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Zygmunt (1997) - *Modernidad y Holocausto* [1989], trad. [s. l.]: Sequitur.
- Bíblia* (2016), trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal, vol. 1.
- Bíblia* (2018), trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal, vol. IV, tomo 1.
- Bíblia sagrada* (1989), trad. João Ferreira de Almeida, reed. Lisboa: Sociedade Bíblica.
- Bíblia sagrada* (1995), trad. Alcindo Costa *et al.*, reed. Lisboa: Difusora Bíblica.
- Borges, Jorge Luis (s. d.) - *Ficções* [1944], trad. Lisboa: Livros do Brasil.
- Borges, Jorge Luis (1975) - *El Aleph* [1949], reed. Madrid: Alianza.
- Bourdieu, Pierre (1980) - *Questions de sociologie*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1996) - *As Regras da arte: Gênese, estrutura do campo literário* [1992], trad. Lisboa: Presença.
- Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude; Passeron, Jean-Claude (1973) - *Le Métier de sociologue: Préalables épistémologiques* [1968], 2.^a ed. Paris: Mouton.
- Calvino, Italo (1993) - *Se numa noite de inverno um viajante* [1979], trad. 3.^a ed. Lisboa: Vega.
- Calvino, Italo (1994) - *Porquê ler os clássicos* [1991], trad. Lisboa: Teorema.
- Calvino, Italo (2002) - *Seis propostas para o próximo milénio (lições americanas)* [1990], trad., reed. 4.^a ed. Lisboa: Teorema.
- Caraça, João: 1997 - *Ciência*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Confúcio (2004) - *Les Entretiens de Confucius*, trad., reed. Paris: Gallimard.
- Couto, Mia (2013) - *E se Obama fosse africano?* [2009], 3.^a ed. Alfragide: Caminho.
- Eco, Umberto (1992) - *Os Limites da interpretação* [1990], trad. Lisboa: Difel.
- Feyerabend, Paul (1975) - *Against method: Outline of an Anarchistic theory of knowledge*. Londres, Verso.
- Gago, José Mariano (1990) - *Manifesto pela ciência em Portugal*, Lisboa: Gradiva.
- Geertz, Clifford (1978) - *A Interpretação das culturas* [1973], trad. Rio de Janeiro, Zahar.
- Godinho, Vitorino Magalhães (2011) - *Problematizar a sociedade*, Lisboa, Quetzal.
- Heinich, Nathalie (2021) - *Ce que le militantisme fait à la recherche*, Paris: Gallimard.
- Hélder, Herberto (1970) - *Os Passos em volta* [1963], 3.^a ed. Lisboa: Estampa.
- Kuhn, Thomas S. (1970) - *The Structure of scientific revolutions* [1962], 2.^a ed. rev. Chicago: University of Chicago Press.
- Labatut, Benjamín (2020) - *Un Verdor terrible*, Barcelona: Anagrama.
- Lacombe, Paul (1930) - *De l'histoire considérée comme science* [1894], 2.^a ed. Paris: Vrin.
- Lakatos, Imre (1970) - Falsification and the methodology of scientific programmes. In Imre Lakatos e Alan Musgrave, ed. - *Criticism and the growth of knowledge*, Cambridge: Cambridge University Press, 91-196.
- Magris, Claudio (2021) - *Tempo curvo em Krems* [2019], trad. Lisboa: Quetzal.
- Marx, Karl (2010) - *Crítica da filosofia do direito de Hegel* [1843], trad., 2.^a ed. rev. São Paulo: Boitempo.

⁴³ Também aqui os leitores farão o favor de notar que ficam listados os apoios intelectuais, tais como os fui acumulando na minha experiência: portanto, nada de uma tabela de referências impessoais colhida na última base bibliográfica consultável, mas os autores, as edições, originais ou traduções, que, como diria a mãe de Amos Oz, uma vez entrados na minha vida, foram mudando comigo mas nunca me abandonaram.

- Mauss, Marcel (1980) - *Essai sur le don* [1924]. In *Sociologie et anthropologie*, reed. Paris. P.U.F., 143-279.
- Mendonça, José Tolentino (2018) - *Elogio da sede*, Lisboa: Quetzal.
- Merton, Robert K. (1970) - *Sociologia: Teoria e estrutura*, trad. São Paulo, Mestre Jou.
- Montaigne, Michel de (2002) - *Essais. Livre premier* [1580], reed. Paris: Gallimard.
- Oz, Amos (2005) - *Une Histoire d'amour et de ténèbres* [2002], trad., reed. Paris: Gallimard.
- Pessoa, Fernando (1969) - *Obra poética*, org. Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: José Aguilar.
- Popper, Karl (1982) - *La Connaissance objective* [1972], trad. Bruxelles: Éditions Complexe.
- Rodrigues, Eloy (2022) - *A Necessária e difícil reforma da avaliação da investigação* - Em publicação como capítulo de livro, disponível em RepositóriUM, Braga: Universidade do Minho.
- Saint-Exupéry, Antoine (2018) - *O Principezinho* [1943], trad., 3.^a ed. Porto: Lello.
- Sena, Jorge de (1978) - *Poesia. II*, Lisboa: Moraes Editores.
- Silva, Augusto Santos (1994) - *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (2017) - Sociologia e política pública: sobre avanços recentes em Portugal. *Análise Social*. 225: 782-803.
- Snow, C. P. (2015) - *As Duas culturas e uma segunda leitura* [1963], trad., reed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Sófocles (2003) - *Tragédias*, trad. Coimbra: Minerva.
- Yourcenar, Marguerite (2020) - *O Tempo, esse grande escultor* [1983], trad. Lisboa: Relógio d'Água.
- Vallejo, Irene (2020) - *O Infinito num junco* [2019], trad. Lisboa: Bertrand.

